

João Jose Reis  
e Eduardo Silva

# NEGOCIAÇÃO E CONFLITO

A RESISTÊNCIA NEGRA  
NO BRASIL ESCRAVISTA

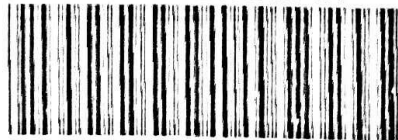


COMPANHIA DAS LETRAS



81)  
5n  
)  
01

Biblioteca - ICHS/UFOP



\*1000069718\*

## INTRODUÇÃO

O personagem central deste livro é o escravo. O enredo é sua resistência permanente a ser um mero objeto nas malhas do sistema. É a história de homens e mulheres vivendo os seus limites.

O primeiro capítulo discute as limitações dos estudos que vêem a escravidão como um sistema absolutamente rígido, quase um campo de concentração, em que o escravo aparece como vítima igualmente absoluta; ou, ao contrário, dos estudos que enfatizam o heroísmo épico da rebeldia. Os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro pólo. O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias. Vencido no campo de batalha, o rebelde retornava ao trabalho disciplinado dos campos de cana ou café e a partir dali forcejava os limites da escravidão em negociações sem fim, às vezes bem, às vezes malsucedidas. Tais negociações, por outro lado, nada tiveram a ver com a vigência de relações harmoniosas, para alguns autores até idílicas, entre escravo e senhor. Só sugerimos que, ao lado da sempre presente violência, havia um espaço social que se tecia tanto de barganhas quanto de conflitos. Essa abordagem que vê a escravidão sobretudo da perspectiva do escravo, um escravo

real, não reificado nem mitificado, só muito recentemente vem ganhando corpo na historiografia brasileira.

O capítulo seguinte discute um aspecto dessa resistência silenciosa. Em várias regiões do Brasil — assim como em outras regiões escravistas do Novo Mundo — os escravos frequentemente brigaram e conseguiram obter dos senhores o direito a um pedaço de terra para sua subsistência e até o direito de vender algum excedente da produção. Trata-se da chamada “brecha camponesa”, assunto a que *Ciro Cardoso* dedicou todo um livro recentemente. A “brecha” podia interessar aos senhores como fator de redução dos custos de manutenção da escravaria ou como estratégia de controle social, mas seu tamanho — medido quer em tempo de trabalho, quer em espaço cultivado — era sempre objeto de disputa. O barão de Pati do Alferes e os cafeicultores fluminenses em geral tinham uma consciência cristalina de manipulação da brecha como mecanismo de dominação ideológica. Suas idéias a esse respeito podem ser examinadas com grande margem de segurança. Contudo, infelizmente, não podemos conhecer o pensamento de seus escravos sobre a matéria senão através das entrelinhas de um manual de fazendeiro escrito pelo barão, cartas e outros documentos, onde percebemos que o que aparentava ser concessão senhorial resultava de barganhas entre senhores e escravos, barganhas cheias de malícias de ambas as partes. Se os barões cedem e concedem, é para melhor controlar. Onde os escravos pedem e aceitam, é para melhor viver, algo mais que o mero sobreviver.

As reivindicações, e mesmo a luta dos escravos nos engenhos ou fazendas, não se esgotavam na defesa de padrões materiais de vida, mas incluíam, no mesmo passo, a defesa de uma vida espiritual e lúdica autônoma. Ao lado de demandas por terra e melhores condições de trabalho, os rebeldes do engenho Santana, na Bahia, também exigiam o direito de poderem “cantar, folgar e brincar” sem consentimento prévio do feitor (ver apêndice 1). Numa outra ocasião, em 1828, os escravos e libertos de um terreiro de candomblé na periferia da cidade da Bahia protestaram, usando as vias legais do sistema, contra a invasão e depredação de seu templo pela po-



lícia. No terceiro capítulo discutimos como esses filhos-de-santo não se intimidaram diante do arrogante juiz de paz da freguesia e não se acanharam em levar sua queixa à maior autoridade da província. Fazendo alianças com libertos, crioulos e mesmo brancos, ou procurando esconder-se atrás das costas largas de seus senhores, os escravos afirmavam seu direito de tocar, dançar, cantar e brincar em homenagem a seus deuses, sem a intromissão da polícia. Poucas instituições negras desenvolveram e aperfeiçoaram como o candomblé a sabedoria da negociação escrava.

Quando a negociação falhava, ou nem chegava a se realizar por intransigência senhorial ou impaciência escrava, abriam-se os caminhos da ruptura. A fuga era um deles. Os escravos fugiam pelos mais variados motivos: abusos físicos, separação de entes queridos por vendas ou transferências inaceitáveis ou o simples prazer de namoro com a liberdade. Conhecedores das malhas finas do sistema, escapavam muitas vezes já com intenção de voltar depois de pregar um “susto” no senhor e, assim, marcar o espaço de negociação no conflito. Quando davam sorte, conseguiam; quando não, voltavam pelo laço de um capitão-do-mato mais ligeiro e competente. Outras fugas — que também podiam acabar mal — visavam e muitas vezes conseguiam ser um compromisso mais definitivo com a vida livre. Eram rupturas reais com a dominação senhorial. Essa última opção tornou-se bem popular ao longo da segunda metade do século XIX, quando as idéias anti-escravistas e a formação de núcleos urbanos maiores e próximos a áreas densamente escravistas proporcionaram refúgio material e ideológico aos fugitivos. A soma de fugas individuais e coletivas freqüentemente resultava em quilombos onde os fugitivos tentavam inventar a liberdade na “terceira margem” do regime escravocrata.

Se o quilombo ainda permitia alguma convivência, embora incômoda e perigosa com o sistema, as revoltas significavam ruptura absoluta e quase sempre trágica para os escravos nelas envolvidos. Mas a própria possibilidade de rebelião — bem como de fugas e quilombos — funcionava como um limite aos excessos de tirania senhorial. Pode-se dizer, sem

pieguismo, que o sacrifício dos rebeldes não foi em vão, pois os que não entravam nos levantes, e mesmo os levantados cujas vidas os senhores poupavam para evitar prejuízo, podiam passar a manipular o medo senhorial de nova rebelião. Esses temas e outros sobre enfrentamentos críticos entre senhores e escravos fazem parte do quarto capítulo.

Fugas, quilombos e revoltas ocorriam mais frequentemente quando os escravos percebiam que os homens livres, os brancos sobretudo, estavam divididos. Nos dois últimos capítulos exemplificamos tal situação com dois estudos de caso baianos.

Na Bahia, terra de densa e inquieta população escrava, a separação de Portugal dependeu de uma guerra que dividiu não apenas portugueses e brasileiros, mas diversos grupos entre estes últimos. Ao longo da luta, escravos, libertos e homens livres — na sua maioria crioulos e mulatos — tentaram romper o cerco racial e social do paradigma colonial e ganhar um lugar melhor no Brasil independente. Foram barrados pela elite, que conseguiu imprimir uma direção conservadora à “revolução” da Independência. Foram também desfavorecidos pela falta quase absoluta de unidade. Os agitadores branco-mestiços federalistas e republicanos não fizeram da abolição causa sua. Os escravos crioulos insinuaram desejos de se libertarem com o país, mas não incluíram africanos natos no projeto. Talvez uns poucos escravos africanos ladinos tenham também pensado e falado em liberdade tal como os crioulos, mas entre eles prevaleceriam as tentativas de rebeliões fortemente étnicas, localizadas, de pouca monta, uma delas terminada com um verdadeiro massacre dos insurretos. A Guerra da Independência, no entanto, enfraqueceria o controle individual da escravaria e as fugas se multiplicariam para não mais voltar ao nível “normal” de antes.

Na Bahia, o período que se seguiu à Independência viu crescer a insubordinação dos escravos africanos e seus aliados libertos. Muitas revoltas aconteceram antes daquela mais espetacular, em 1835, tema do último capítulo. A chamada revolta dos malês foi capitaneada por escravos e libertos muçulmanos, principalmente nagôs e haussás, que organizaram uma

sofisticada rede conspiratória. Dela também participaram escravos não islamizados, em geral mobilizados em função de pertencerem à etnia africana majoritária na Bahia da época, os nagôs. Embora a revolta não tenha sido obra exclusivamente de nagôs e muçulmanos *escravos*, pois dela também participaram *libertos* africanos, o movimento estava diretamente relacionado com as relações escravistas na cidade da Bahia. Ali, escravos e libertos, trabalhando juntos no sistema de ganho ou simplesmente vivenciando a maior flexibilidade (inclusive do anonimato) proporcionada pelo ambiente urbano, desenvolveram ou aprofundaram solidariedades étnicas e religiosas a partir das quais puderam organizar um discurso convincente de crítica à escravidão baiana. A rebelião teve uma multiplicidade de sentidos religiosos, étnicos e classistas, que se entrecruzaram num momento de crise da hegemonia senhorial numa Bahia politicamente dividida.

Tratamos, portanto, no decorrer do livro, de atitudes às vezes paradoxais na aparência, mas atitudes concretas, pois a vida concreta do escravo era algo como um jogo de capoeira — luta, música e dança a um só tempo. Quilombolas que reivindicam liberdade para “brincar, folgar e cantar”; religiões de santos guerreiros e santos de paz.



A maioria dos capítulos apareceu em revistas especializadas, de circulação limitada e difícil acesso ao público, cada vez maior, que se interessa pelos assuntos aqui tratados. Para esta edição, os autores discutiram e revisaram o texto original, acrescentando novas informações e fazendo algumas mudanças de estilo e argumentação. Os capítulos “Entre Zumbi e Pai João”, “A função ideológica da brecha camponesa” e “Fugas, revoltas e quilombos” foram escritos por Eduardo Silva; “Nas malhas do poder escravista”, “O jogo duro do Dois de Julho” e “O levante dos malês”, por João José Reis. Esses estudos são frutos de pesquisas no Rio de Janeiro e